



ACÇÃO HUMANITÁRIA EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA: Integração do Género e Protecção



©Nações Unidas Moçambique e o Grupo de Protecção da Equipa Humanitária de Moçambique. Direitos de Autor ©. Todos os direitos reservados.

Design: Lesira Gerdes, ONU Mulheres Moçambique

Impressão:

Foto Capa: ©UNFPA

Fotos: P.1 CARE/ Paulina Filipe; P.8 CARE/ Johanna Mitscherlich

Saiba Mais: www.globalprotectioncluster.org e interagencystandingcommittee.org/gender-and-humanitarian-action



LEAVING NO ONE BEHIND-NINGUÉM DEVE FICAR PARA TRÁS

Desde 2015 que Moçambique tem enfrentado situações de seca, especialmente na região sul do país. De uma maneira geral, sete províncias foram afectadas consideravelmente. As condições deterioraram-se significativamente em 2016, deixando mais de 1,5 milhões de pessoas numa situação de insegurança alimentar e com capacidades de subsistência seriamente reduzidas. A seca agravou a já precária situação social e económica das populações rurais, em particular das que dependem fortemente da agricultura de sequeiro e para quem os papéis baseados no género definem nitidamente as oportunidades e a capacidade de mitigar o risco. O esgotamento dos recursos familiares (stock de alimentos e de sementes, pecuária e poupança familiar) forçou muitas famílias a recorrer a mecanismos extremos e prejudiciais para a satisfação das suas necessidades básicas.

As mulheres e raparigas são desproporcionalmente afectadas por esta situação, uma vez que são as principais responsáveis na provisão e gestão dos alimentos e água para as suas famílias. O aumento da carga de trabalho também forçou muitas crianças a abandonar a escola e outras a envolverem-se em relações onde são exploradas como meio de sobrevivência, particularmente em famílias chefiadas por mulheres, crianças e idosos. Os casamentos prematuros e forçados que já existiam estão agora a aumentar de forma acentuada, assim como o sexo transaccional, o tráfico e o abandono familiar.

É na perspectiva desta protecção em deterioração e no contexto da igualdade de género que a Equipa das Nações Unidas em Moçambique se comprometeu em assegurar uma melhor integração da protecção e do género, prestando especial atenção à prevenção e resposta à Violência Baseada no Género (VBG). Com orientação específica, todas os sectores na sua resposta humanitária devem integrar eficazmente as preocupações relacionadas com a protecção e o género identificadas nas suas áreas específicas no desenho, planificação, implementação, monitoria e avaliação (MeA). A aplicação atempada e consistente das acções abaixo mencionadas irá melhorar a acção equitativa aos grupos mais vulneráveis da população, particularmente os agregados familiares chefiados por mulheres, crianças, idosos, doentes crónicos, pessoas com deficiência e as que foram forçadas a deslocar-se.

O Grupo de Protecção (Protection Cluster) da Equipa Humanitária de Moçambique preparou esta lista de verificação, com base nas lições aprendidas da experiência da seca de 2015/2017, nas avaliações específicas sobre o género relacionadas com este último aspecto e nos “Guiões sobre a Intervenções de Violência Baseada no Género em Situações de Emergência” da Comissão Permanente Inter-Agências (IASC) com o intuito de: (a) melhor incorporar as questões de género e protecção em toda a acção humanitária e (b) garantir que o princípio de “Não causar mais dano” esteja incorporado em todas intervenções.



PRINCIPAIS LACUNAS

TODOS OS SECTORES

- Mesmo como principais beneficiárias, as mulheres podem não ter acesso efectivo aos serviços e recursos, enquanto os homens muitas vezes beneficiam automaticamente.
- Há fraco envolvimento de mulheres nos mecanismos fundamentais liderança e na tomada de decisões a nível das comunidades e a outros níveis.
- Não há medidas específicas para lidar com a Prevenção do Abuso e Exploração Sexual e o pessoal comunitário e os beneficiários são formados em Código de Conduta Ética.
- Não são realizadas avaliações numa perspectiva de género com regularidade e não é priorizada a igualdade de género nem a inclusão de todas as pessoas vulneráveis.

SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA

- Embora as mulheres realizem a maior parte do trabalho agrícola, elas não são as principais beneficiárias dos programas de insumos agrícolas.
- A falta de acesso à terra coloca as mulheres em risco de exploração.
- Apesar dos requisitos e padrões mínimos já definidos e desenvolvidos (Lei da Protecção Social), muitas vezes os mais vulneráveis não beneficiam equitativamente da ajuda alimentar.
- As necessidades de energia (para confeccionar alimentos) e as preferências de alimentos locais não são sistematicamente considerados. A falta de acesso à energia coloca as mulheres e raparigas em risco de violência.
- As pessoas vulneráveis e com deficiência (pessoas com deficiência, idosos, doentes crónicos) podem ser excluídos da distribuição se não puderem deslocar-se para os locais de distribuição.

NUTRIÇÃO

- As mulheres e raparigas mal alimentadas correm um risco acrescido de trocar sexo por comida ou serem forçadas a casar.
- Os desentendimentos sobre como gerir o abastecimento limitado de produtos alimentares para o agregado familiar ou atribuir rações alimentares podem contribuir para a violência entre parceiros íntimos e outras formas de violência doméstica.

PRINCIPAIS ACÇÕES

- Quadros de MeA reforçados com lentes de género, vulnerabilidade / resiliência, de modo a garantir que os beneficiários sejam os que realmente recebem a assistência.
 - Estabelecer mecanismos seguros, simples e acessíveis de reclamações e informação de retorno em todos os sectores para lidar com a PSEÁ, a corrupção e a má gestão, etc.
 - Informar a população sobre a existência de serviços sem custos, seus direitos, princípios de não discriminação e mecanismos de reclamação existentes, garantindo que todas as mulheres e raparigas sejam abrangidas.
 - Garantir que todo o pessoal e voluntários sejam formados sobre o código de conduta ética e que estejam devidamente identificados, ostentando material de visibilidade como crachás com os seus nomes e outro material para uma fácil identificação pela comunidade.
 - Designar mulheres para papéis de liderança e como pontos focais para a redução de abuso e exploração em TODOS os comités e a TODOS os níveis.
 - No acto da realização de avaliações, garantir que a hora e o local sejam convenientes para homens, mulheres e crianças e que sejam representativos em termos de composição social da comunidade.
 - Recrutar e formar pessoal de sexo feminino, bem como promover o emprego de mulheres pelas organizações humanitárias em todo o ciclo programático humanitário.
 - Apoiar a participação das comunidades com vista a facilitar a divulgação de informação e o processo de tomada de decisões.
 - Aumentar o número de avaliações na área de protecção e género e garantir a recolha, análise e divulgação de dados desagregados.
 - As sensibilizações e discussões com as comunidades devem incluir mensagens de igualdade de género.
-
- Reforçar acções que aumentem a visibilidade das crianças vulneráveis, agregados familiares chefiados por mulheres, crianças e idosos.
 - Sensibilizar os líderes comunitários da importância de priorizar os grupos vulneráveis.
 - Integrar as mulheres nos comités de distribuição de alimentos, incluindo tarefas de liderança.
 - Garantir que pelo menos metade dos beneficiários dos programas de Comida pelo Trabalho sejam mulheres.
 - Desenvolver sistemas comunitários para apoiar as mulheres e os mais vulneráveis a aceder às distribuições e assistência.
 - Garantir que o combustível para confeccionar alimentos, moagem, equipamentos e ferramentas de moagem estejam disponíveis para apoiar na preparação de alimentos.
-
- Disponibilizar tempo suficiente para informar o chefe do agregado familiar sobre a melhor forma de usar a assistência nutricional adicional que recebe; não vender nem dividi-la com os que não são os beneficiários pretendidos.
 - Formar o pessoal na identificação de potenciais casos de Violência Baseada no Género e mecanismos de referência e serviços psicossociais oferecidos.

PRINCIPAIS LACUNAS

NUTRIÇÃO (continuação)

- As gravidezes indesejadas (por causa do casamento forçado, estupro ou de outra forma) podem levar a um nível mais elevado de desnutrição das crianças.
- Sacrificar a nutrição das raparigas a favor dos rapazes ou deliberadamente alimentar mal as raparigas para que as famílias possam ser incluídas nos programas nutricionais.
- As mães enfraquecidas pelo mau estado nutricional ou por não tomarem refeições para poupar alimentos podem ser menos capazes de proteger os seus filhos.

ÁGUA, SANEAMENTO E HIGIENE

- Os pontos de distribuição de água podem não estar localizados em áreas seguras ou de fácil acesso para as mulheres e raparigas.
- As mulheres não ocupam cargos de liderança nos comités de água, embora sejam as principais utentes e gestoras.
- As famílias não dispõem de um número suficiente de recipientes apropriados para o armazenamento de água, forçando as mulheres / crianças a fazerem várias deslocações.
- As pessoas com deficiência podem não conseguir ter acesso às instalações devido à concepção inadequada ou à distância.
- A falta de áreas privadas para tomar banho obriga as mulheres a exporem-se.
- A falta de locais designados para a lavagem de roupa pode expor as mulheres ao risco de assalto ao longo do caminho.

SAÚDE

- Os sobreviventes da Violência Baseada no Género não têm acesso fácil ao tratamento médico / acção psicológica / serviços de saúde sexual e reprodutiva e correm o risco de infecção pelo HIV e às ITS.
- Os serviços essenciais, tais como sistemas de referência para os sobreviventes da Violência Sexual, podem ser prejudicados ou enfraquecidos pelo foco em serviços de emergência.
- Os serviços psicossociais não são bem conhecidos nem de fácil acesso para as pessoas afectadas pela seca e deslocados.
- O nível de consciencialização em relação à transmissão do HIV é baixo, os métodos de prevenção e de contacepção não são acessíveis e com muitas barreiras culturais.
- Há poucos profissionais de saúde formados para prover à saúde sexual e reprodutiva (SSR) de diferentes grupos, incluindo rapazes e homens.

RECUPERAÇÃO RÁPIDA

- As vítimas da Violência Baseada no Género podem não surgir como beneficiários prioritários de apoio devido a quadros de análise de vulnerabilidade inadequados.
- As mulheres que possuem ou herdaram terras correm maior risco de expropriação se não forem devidamente aconselhadas e empoderadas quando a produção agrícola está a ser realocada para novas áreas.
- As mulheres deslocadas internas podem não ter o mesmo acesso à informação que os homens para tomar decisões informadas sobre o regresso às zonas de origem ou no acesso a programas de apoio dinheiro por trabalho e outras intervenções.

PRINCIPAIS ACÇÕES

- Informar mulheres e raparigas sobre a conservação e preparação adequada de alimentos para maximizar a nutrição.
- Coordenar o apoio nutricional com o acesso à água e energia, por exemplo, a coordenação entre a Nutrição e grupos de Água, Saneamento e Higiene.
- Direcionar mensagens sensíveis ao género para alimentos alternativos que sejam ricos em nutrientes disponíveis nas comunidades.
- Melhorar a coordenação entre os sectores de Nutrição e Saúde.

- Consultar as mulheres sobre os locais mais apropriados para instalação de pontos de captação de água, saneamento e higiene.
- Designar pontos focais de género nos comités de água para denunciar casos de desrespeito e abuso.
- Os pontos de distribuição de água devem ter um mecanismo ou bomba para facilitar o acesso a idosos/doentes/deficientes/ crianças.
- Os locais destinados à lavagem de roupa devem ser construídos perto dos pontos de distribuição de água para evitar expor as mulheres e raparigas a riscos.
- Material sanitário e recipientes de água suficientes devem ser colocados à disposição das mulheres e das raparigas para satisfazer as suas necessidades e preferências culturais.
- As latrinas e locais para tomar banho devem ser divididos por género e seguros.

- Assegurar serviços protecção, de saúde, psico-sociais e de aconselhamento jurídico e mecanismos de referência para os sobreviventes de Violência Sexual, com foco na confidencialidade.
- Prover aos sobreviventes da Violência Sexual com serviços de Profilaxia Pós Exposição (PPE) / contracepção de emergência / testagem e profilaxia de Infecções de Transmissão Sexual.
- Assegurar que o protocolo de violência sexual para o manejo clínico do estupro seja implementado, que sejam utilizadas formas médico-legais e que o pessoal seja capacitado.
- Considerar preferências culturais de práticas sexuais ao fornecer métodos de contracepção.
- Considerar as necessidades de grupos específicos, tais como pessoas que vivem com o HIV/SIDA (PVHIV) e outros doentes crónicos para serviços de saúde.

- Assegurar que a informação esteja disponível nas línguas locais e acessível a pessoas não letradas para apoiar nas suas decisões e o seu regresso voluntário.
- Desenvolver actividades de empoderamento económico e social, com foco nas necessidades das mulheres e raparigas nas zonas de origem e deslocação ligadas à diversificação dos meios de subsistência e/ou reconstrução.
- Facilitar mecanismos de reivindicação de propriedade especialmente para agregados familiares chefiados por mulheres.

PRINCIPAIS LACUNAS

RECUPERAÇÃO RÁPIDA (continuação)

- A escolha sistemática de mulheres e das raparigas para os programas de subsistência / apoio é essencial, evitando simultaneamente colocá-las em maior risco de violência devido à mudança dos papéis de género.

EDUCAÇÃO

- Situações de emergência podem levar ao abandono escolar e ao trabalho infantil, o que afecta particularmente as adolescentes.
- O desvio de fundos de programas de desenvolvimento para emergências pode afectar as habilitações académicas a longo prazo e a qualidade dos serviços.
- As crianças com deficiência, doenças crónicas e/ou com HIV podem ser sistematicamente excluídas e não priorizadas pelos serviços de apoio de emergência.
- As necessidades dos professores em situações de emergência muitas vezes não são suficientemente abordadas e levam ao absentismo ou determinam estratégias de sobrevivência insustentáveis.
- Há falta de compreensão do duplo benefício da educação numa emergência; ao libertar os adultos para uma rápida recuperação dos meios de subsistência e manter um sentido de normalidade.

ABRIGO

- Nem todas as pessoas vulneráveis têm acesso às habilidades ou serviços de apoio para a construção de abrigo sustentável, por exemplo, famílias chefiadas por crianças ou idosos.
- O acesso à terra, à herança e aos direitos de propriedade não é considerado de forma consistente no contexto da atribuição de abrigo e acção.
- As estratégias de priorização para a atribuição de abrigo / terras não são suficientemente sensíveis aos conflitos nem promovem formas de chegar a um consenso sobre como atender às necessidades das pessoas marginalizadas.

PROTECÇÃO

- Insuficiência de dados sobre vulnerabilidade e protecção e estratégias locais de sobrevivência que, por sua vez, dificulta a qualidade e o impacto da resposta.
- Marginalização de certos grupos (crianças nascidas fora do casamento, suspeitas de feitiço, PVHIV, doentes crónicos, idosos, deficientes, pessoas com albinismo) na resposta aumenta a sua vulnerabilidade e prejudica a capacidade de resiliência a longo prazo.
- As estratégias de protecção em contextos de emergência deve considerar rapazes e homens como potenciais vítimas de Violência Baseada no Género, incluindo o tráfico.

PRINCIPAIS ACÇÕES

- Assegurar que as actividades de desbravamento e plantio considerem e estejam direccionadas a todas as mulheres agricultoras vulneráveis.
 - Priorizar os mecanismos de protecção social e as abordagens de transferência de dinheiro que possam apoiar a transição da resposta de emergência para a recuperação, por exemplo, programas de dinheiro por trabalho e ligação com o INAS.
 - Promover técnicas agrícolas resistentes a variação climática para garantir o acesso à segurança alimentar, ao invés de se concentrar apenas nas culturas de rendimento.
- Considerar a co-localização entre escolas e pontos de distribuição de água para reduzir o tempo para as raparigas entre as tarefas da escola e domésticas.
 - Associar a advocacia para a educação num contexto de emergência à importância da educação da rapariga e sensibilização para prevenção da Violência Baseada no Género e serviços de apoio.
 - Alargar a formação dada aos professores sobre o Código de Conduta Ética para prevenção da Abuso e Exploração Sexual em situações de emergência e mecanismos de referência.
 - Sensibilizar para a inclusão de crianças com deficiência / HIV ou doenças crónicas e o seu direito à educação.
 - Promover ambientes escolares seguros, acessíveis e inclusivos, nomeadamente o papel das actividades desportivas e dos clubes escolares.
- Definir procedimentos e protocolos que garantam que as mulheres, PVHIV / doentes crónicos, pessoas vulneráveis sejam devidamente consultadas sobre as suas necessidades e locais da sua preferência.
 - Assegurar o apoio às famílias chefiadas por mulheres para construir abrigo sustentável.
 - Na concepção devem ser priorizados espaços comunitários amigos da criança, seguros e de fácil acesso.
 - Sensibilizar e formar agentes policiais e administrativos sobre a igualdade de género, a não discriminação, as leis de herança e os processos de registo de terras moçambicanos.
 - Garantir que famílias tenham abrigos separados, i.é. não juntar várias famílias num mesmo abrigo.
- Para assegurar a igualdade de acesso aos serviços de protecção, continuar a promover o registo civil de todos os novos nascimentos e casamentos.
 - Mapear mecanismos comunitários de protecção à criança que possam ser fortalecidos com vista a mitigar os riscos da violência contra crianças, em particular raparigas adolescentes.
 - Seleccionar as mulheres e outros grupos de risco para capacitação em habilidades profissionais, particularmente em cargos de liderança de modo a assegurar a sua presença nos processos de tomada de decisão.
 - Aumentar a oferta de serviços de protecção e referência favoráveis às mulheres para melhorar a comunicação e resposta.

PRINCIPAIS LACUNAS

PROTECÇÃO (continuação)

- Agregados familiares chefiados por idosos com responsabilidade de cuidar outras pessoas vulneráveis não estão devidamente reflectidos nas estratégias de selecção de beneficiários.
- Fraca formação do pessoal no terreno em matéria de Código de Conduta Ética e Prevenção de Exploração e Abuso Sexual, bem como de mecanismos de monitoria e denúncia.

COORDENAÇÃO E GESTÃO CAMPOS DE DESLOCADOS

- As necessidades dos grupos vulneráveis não são consideradas durante o registo, o que os coloca em maior risco de violência e abuso.
- As mulheres não estão devidamente representadas nos comités comunitários de tomada de decisões nem têm voz ou influência.
- A falta de acesso seguro à iluminação e ao combustível para confeição de alimentos coloca em risco a sua segurança e o acesso seguro a serviços e recursos.
- Mulheres e as crianças não têm acesso a informação sobre o acesso à assistência humanitária e podem não saber como se distanciar de relações abusivas e de dependência.

PRINCIPAIS ACÇÕES

- Vincular a formação dos trabalhadores comunitários locais às necessidades de protecção e aos mecanismos de referência, prestando-se a devida atenção à confidencialidade
 - Aumentar o número de avaliações na área de protecção e género e monitorizar a recolha, análise e divulgação de dados desagregados por sexo e idade.
-
- Assegurar a disponibilidade contínua de serviços para mulheres e crianças, desde que permaneçam numa situação de deslocadas, já que muitas vezes são as últimas a regressar.
 - Registrar as mulheres que fazem parte de uniões poligâmicas como chefes de agregados familiares independentes, com os seus próprios cartões de racionamento.
 - Formar o pessoal em matéria de Coordenação e Gestão Campos de Deslocados / VGB / Protecção a Criança e como reconhecer possíveis casos de tráfico e para onde encaminhá-los.
 - Assegurar uma abordagem sensível aos conflitos e sensível à VGB para a definição e implementação de procedimentos de acampamento.
 - Priorizar a iluminação segura e o acesso a combustível para a confeição de alimentos.
 - Assegurar o acesso das crianças às escolas locais e organizar actividades apropriadas à sua idade.
 - Assegurar a presença de pessoal feminino treinado e sensível ao género no local.
 - Explicar e partilhar políticas de separação, cartões de racionamento ou outra assistência para a eventualidade de mudança de composição da família.



MOBILIZAÇÃO DA ACÇÃO HUMANITÁRIA PARA MULHERES E RAPARIGAS

As mulheres e raparigas são desproporcionalmente afectadas pelas crises. Elas estão expostas a um risco acrescido de violência, apresentam uma maior probabilidade de morrer em desastres naturais e tem menos acesso a recursos do que os homens. A título de exemplo, as raparigas em situações de conflito tem 2,5 vezes mais probabilidades de estar fora da escola do que nos países em sem conflito. Além disso, as mulheres são muitas vezes excluídas dos processos de tomada de decisão que moldam a planificação e a programação humanitária e, em virtude disso, as suas necessidades específicas não são devidamente atendidas.

O UNFPA, o UNICEF e a ONU Mulheres estão a liderar os esforços com objectivo de ultrapassar estes desequilíbrios. O nosso mandato é apoiar e capacitar os agentes humanitários para que integrem a igualdade entre homens e mulheres e o empoderamento das mulheres em todos os aspectos da planificação e programação. As nossas acções principais para mulheres e raparigas em situações humanitárias destinam-se a facilitar a coordenação, capacitar as instituições, assegurar que a gestão da resposta seja baseada em evidências e implementar acções direccionadas sempre que sejam identificadas lacunas. Enquanto parceiros, estamos empenhados em garantir a igualdade entre mulheres, homens, raparigas e rapazes e beneficiários da acção humanitária.

